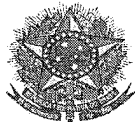


PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE POLITICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

- I.5 supervisionar, acompanhar, atestar e fiscalizar a execução do objeto juntamente com sua execução orçamentária e financeira, além de avaliar os resultados alcançados, inclusive no que diz respeito à qualidade dos produtos e serviços conveniados, condicionando a respectiva liberação ao cumprimento das metas previamente estabelecidas;
- I.6 analisar e, se for o caso, aprovar as propostas de reformulação do Convênio e do seu Plano de Trabalho, fundamentadas em parâmetros técnicos e que não impliquem mudança do objeto;
- I.7 analisar os recursos da União incluindo os de contrapartida e os provenientes de rendimentos de aplicação no mercado financeiro alocados ao Convênio, bem como os Relatórios de Execução Físico-Financeira e a prestação de contas, e emitir parecer conclusivo sobre sua aprovação ou não, na forma e prazo fixados no art. 76 da Portaria Interministerial nº 507, de 2011;
- I.8 notificar o CONVENIENTE quando não apresentada a prestação de contas dos recursos aplicados ou constatada a má aplicação dos recursos públicos transferidos, e instaurar, se for o caso, a Tomada de Contas Especial;
- I.9 notificar o CONVENIENTE quando não houver inserção de documentos, durante a vigência do instrumento, no SICONV, que comprovem a execução das metas/etapas do convênio e/ou constatada a má aplicação dos recursos públicos transferidos, e se for o caso, rescindir o instrumento.

II - DO CONVENIENTE:

- II.1 executar as atividades inerentes à implantação do objeto com rigorosa obediência ao Plano de Trabalho, bem como fiscalizar a prestação de serviços eventualmente contratados, observando sempre os critérios de qualidade técnica, quantidades, prazos e custos definidos no Plano de Trabalho e no Termo de Referência, respeitando a legislação vigente, submetendo à Concedente a relação dos recursos humanos e materiais utilizados;
- II.2 elaborar os projetos técnicos relacionados ao objeto pactuado, reunir toda documentação jurídica e institucional necessária à celebração deste Convênio, de acordo com os normativos do programa, bem como apresentar documentos de titularidade dominial da área de intervenção, licenças e aprovações de projetos emitidos pelo órgão ambiental competente ou entidade da esfera municipal, estadual ou federal e concessionárias de serviços públicos, conforme o caso, e nos termos da legislação aplicável;
- II.3 estimular a participação dos beneficiários finais na implementação do objeto do Convênio, bem como na manutenção do patrimônio gerado por esses investimentos;
- II.4 aplicar os recursos discriminados no Plano de Trabalho exclusivamente no objeto do presente Convênio; empregando-os de acordo com a finalidade estabelecida, não utilizando os recursos em qualquer outra finalidade, ainda que em caráter emergencial;



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE POLITICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

II.5 manter e movimentar os recursos financeiros, em conta aberta em instituição financeira controlada pela União, inclusive os resultantes de eventual aplicação no mercado financeiro, bem assim aqueles oferecidos como contrapartida, aplicando-os, na conformidade do Plano de Trabalho e, exclusivamente, no cumprimento do seu objeto, observadas as vedações constantes neste instrumento relativas à execução das despesas, recolhendo à conta da Concedente o valor da contrapartida atualizado quando não comprovar a sua aplicação na consecução do objeto conveniado;

II.6 garantir a manutenção da capacidade técnica e operacional necessária ao bom desempenho das atividades;

II.7 operar, manter e conservar adequadamente o patrimônio público gerado pelos investimentos decorrentes do Convênio, após sua execução;

II.8 manter a CONCEDENTE informada sobre situações que eventualmente possam dificultar ou interromper o curso normal da execução do Convênio e prestar informações sobre as ações desenvolvidas para viabilizar o respectivo acompanhamento e fiscalização, atendendo ao art. 6º, § 1º, da Portaria Interministerial nº 507, de 2011, no que for aplicável;

II.9 arcar, com recursos próprios, com todos os ônus de natureza trabalhista, previdenciária ou social, decorrentes dos recursos humanos utilizados na execução deste Convênio, bem como os encargos tributários ou quaisquer outros que não estejam discriminados no Plano de Trabalho e que decorram deste Convênio;

II.10 propiciar os meios para que os técnicos da CONCEDENTE e os servidores do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e do Tribunal de Contas da União tenham acesso aos documentos relativos à execução do objeto deste Convênio, bem como aos respectivos locais de execução, facilitando a supervisão e fiscalização da Concedente e permitindo-lhe efetuar acompanhamento *in loco*, fornecendo toda a documentação necessária, especialmente relativa a licitações e contratos;

II.11 manter os documentos comprobatórios das receitas e despesas realizadas, registros, arquivos e controles contábeis, assim como o cadastro dos beneficiários do programa, arquivados em ordem cronológica, no órgão de contabilização, onde ficarão à disposição dos órgãos de controle interno e externo da União, pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da data em que foi aprovada a prestação de contas, conforme o art. 3º, III, da Portaria Interministerial nº 507, 2011;

II.12 utilizar o pregão eletrônico, e quando não couber, o presencial, para aquisição de bens e contratação de serviços, nos termos da Lei nº 10.520/2002, Decreto nº 5.450/2005 e Portaria Interministerial MPOG/MF nº 217, de 31/07/2006, registrando as atas e informações sobre participantes e respectivas propostas detalhadas das licitações, bem como as informações referentes à dispensas e inexigibilidades no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de